



HORIZONTE

Revista de Educação

DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS SUL-SUL:

desafios e insurgências
epistêmicas e políticas



APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS SUL-SUL: DESAFIOS E INSURGÊNCIAS EPISTÊMICAS E POLÍTICAS

Coordenadoras e coordenador científico do dossiê

Dra. Claudia Cristina Ferreira Carvalho

Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

E-mail: claudiacarvalho@ufgd.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9521-2759>

Dr. Bruno Sena Martins

Universidade de Coimbra/CES/Portugal.

E-mail: bsenamartins@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3367-9155>

Dra. Jacqueline Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira / UNILAB.

E-mail: jacquelinecosta.sol@unilab.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6257-1288>

A modernidade ocidental se configurou entre pálidas narrativas de democracias inacabadas, apropriações e violências, epistemicídios, genocídios, explorações, pilhagens e desigualdades. Entre luzes e sombras, instituiu-se um mundo dividido por uma linha abissal que é física, material e simbólica e que regulou e regula, ainda em dias atuais, duas normatividades: uma para vigorar nas “zonas metropolitanas”, onde a emancipação social abraça as sociabilidades metropolitanas; e outra para vigorar nas “zonas coloniais” marcada por exploração e violências aplicáveis aos corpos, às memórias, à história e aos saberes

das sociabilidades coloniais (Santos, 2018). E é nessa linha abissal fronteiríssima que se instauram as zonas do Ser e do Não-ser, simultaneamente despojadas e passíveis de coexistência (FANON, 1972), em formas sistemáticas de inexistências, geridas e geradas pelo capitalismo, colonialismo e heteropatriarcado, na ordem política, epistêmica, econômica e ontológica, cingidas por configuração de hierarquizações de poder desigual.

Neste cenário, as(os) intelectuais dos estudos (des)coloniais, subalternos, pós-coloniais, em suas variadas abordagens teóricas-metodológicas, convidam-nos a construir uma cartografia provisória daquilo que tem sido construído como dignidades humanas pós-abissais. Assim, os textos que compõem este dossiê buscam refletir, em seus diversos recortes, sobre o modo como o pensamento único da racionalidade moderna ocidental se caracteriza pela produção sistemática de invisibilidades, ausências e (sub) humanização daquelas (es) que lutam pela emergência das suas memórias, saberes e identidades como justiça social, cognitiva, sexual e racial. Ao mesmo tempo são textos que apontam formas de resiliências e resistências dos grupos e pessoas subalternizadas por essas mesmas lógicas de opressões. Os textos ajudam as (os) leitoras (es) a reconhecerem as pluralidades de conhecimentos que articulam a multiplicidade interna da ciência com outros saberes não-científicos, numa rede articulada de lutas contra hegemônicas aos sistemas de produção capitalista, colonial e heteropatriarcal.

Claudia Cristina Ferreira Carvalho e Luci Ana Lima Souza, a partir da experiência do projeto de extensão, intitulado “*Exposição Fotográfica Peles Presente*”, realizado pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiro da Universidade Federal da Grande Dourados/NEAB/UFGD, em conjunto com o curso de Psicologia e com a Faculdade de Comunicação, Artes e Letras/FACALE da mesma Universidade, apresentam uma leitura crítica fundamentada na sociologia da imagem, centrada nas abordagens epistemológicas pós-coloniais, acerca de como a presença/ausência dos corpos negros nos espaços universitários é corrompida pela experiência fotográfica. As autoras demonstram como a fotografia se transforma numa estratégia de silêncios insurgentes que pronunciam enunciados estéticos-imagéticos de professoras (es), acadêmicas (os) e técnicas (os) que habitam a universidade, corrompendo as lógicas abissais do racismo e do sexismo.

No texto intitulado: “*Ritos de Iniciação e Educação Formal em Moçambique*”, as autoras Paula Machava e Rajabo Cimalawoonga desafiam a razão única dos feminismos de matriz nortecêntrica que têm vindo a representar as mulheres africanas com um todo fixo, presas às hierarquias de gênero. Assim, a partir da articulação dos valores comunitários, presentes nos ritos de iniciação designados *Jaando* (masculinos) e *n’soondo, wakusoon-*

goná ou diitiwo (femininos), em *ciyawo*¹, e os saberes escolares, tecem reflexões acerca dos caminhos possíveis para a superação da violência contra as mulheres e evidenciam, de modo situado na experiência Moçambicana, as múltiplas formas de resiliências, lutas e saberes protagonizadas por essas mulheres.

De sua vez, Reginaldo Peixoto·Joaquim, Donizete de Matos e Thauane Cristine Brinquinho Pereira abordam, em seu texto, tema de gênero, sexualidade e diversidade, num recorte da educação não-escolar, através de pesquisa bibliográfica, pautada nos estudos *queer* e apontam para os espaços dos movimentos feministas como um espaço educativo que tem problematizado a construção social das hierarquias de poder desigual instituídas entre homens e mulheres.

Bruno Sena Martins e Mara Pieri, no texto “*Mundos e Lutas: Identidades, interseccionalidade e resistência incorporada*”, a partir da perspectiva teórica *queer* alinhadas aos preceitos da sociologia das ausências (SANTOS, 2018), tecem uma crítica radical à noção de biopoder da modernidade ocidental que tem contribuído para normalizar a hegemonia de um único modelo reducionista do corpo que é cis, hétero, branco, masculino e *able-bodied*. Neste sentido, os (as) autores (a) abordam os modos como os discursos e práticas biomédicas, alinhadas ao biopoder, invisibilizaram a representação de outros corpos que não se enquadram nas representações hegemônicas e exploraram de modo partilhadas lutas e das identidades, vinculando-as às formas de opressão: o capacitismo, o racismo, o heterossexismo.

“*A Educação Profissional e as Desigualdades*” é pauta de discussão por Naiaranize Pinheiro da Silva, Stephane Araújo Brito, Antonia do Socorro Freitas Chaves e Vanessa Mutti de Carvalho Miranda, cujo objetivo centra na análise da permanência estudantil no Instituto Federal da Bahia- IFBA nos cursos Técnicos em Química e em Refrigeração. Através da escuta das (os) estudantes e da análise documental de dados institucionais do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), as autoras apontaram as possíveis causas da evasão e reprovação acadêmica nesses cursos, também consideraram o recorte das desigualdades de classe e raça como um dos fatores relevantes a serem considerados na elaboração de ações estratégicas que apontem na efetivação da permanência estudantil nos cursos estudados.

1 designação usada para a língua bantu falada pelo povo Yao, de Moçambique, Tanzânia, Malawi, Zimbábue.

No âmbito das políticas de Ações Afirmativas, Aline Anjos da Rosa, Ana Paula Moreira de Souza e Eugenia Portela tecem reflexões relativas à adoção de política institucional de reservar de vagas para pessoas negras, nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, que está localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, região de fronteira Brasil/Paraguai. Embora a Portaria do MEC nº 13/2016 regulamente a necessidade de os programas de pós-graduação de instituições públicas implantarem ações afirmativas de cotas de ingresso de pessoas negras, indígenas e com deficiência, as autoras, através de pesquisa documental (portarias, resoluções e editais dos programas de pós-graduação), no ano de 2018/UFGD, constataram que a norma da instituição apenas estabeleceu o público alvo e o percentual de reserva (20%), não existindo uma uniformidade para atuação da comissão de heteroidentificação para as vagas preenchidas para autodeclarados negros (as) na pós-graduação, motivo que poderá gerar o uso indevido das autodeclarações por pessoas não-negras.

O ingresso de quilombolas e indígenas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiras -UNILAB é problematizado por Antônio Jeovane da Silva Ferreira, Eliane Costa Santos e Jacqueline da Silva Costa, cuja a discussão se refere à ampliação das políticas afirmativas por proposta da Comunidade Quilombola Sítio Veiga, Quixadá/Ceará, no 17º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará, em outubro de 2017. E que, a partir de setembro do ano de 2021, acolheram 08 (oito) novos grupos sociais, dentre eles, Quilombolas, Indígenas, Comunidade LGBTQIA+, Ciganos, Pessoas com deficiência, Jovens Egressos de Cumprimento de Medidas Socioeducativas – MPSE, Refugiados e Outros Povos Tradicionais. Além disso, o texto contextualiza o fortalecimento da cooperação Sul-Sul que emerge da criação da UNILAD e como a instituição tem construído uma agenda positiva de fortalecimento das políticas de ações afirmativas entre países pertencentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, dentre os quais estão o Brasil, os países Africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique) do Sudeste Asiático (Timor Leste).

Por meio do livro *O céu dos índios de Dourados, Mato Grosso do Sul*, de Germano Bruno Afonso e Paulo Souza da Silva (2012), numa trama que une literatura indígena e as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2018) Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa, Loyuá Ribeiro Fernandes Moreira da Costa e Rosemar Eurico Coenga tecem os fios para a compreensão do “*O céu dos povos indígenas: uma proposta de justiça cognitiva rumo às pedagogias e democracias plurais*” e, argumentam que há na compreensão do céu pela ótica dos povos indígenas Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena, habitantes

do estado de Mato Grosso do Sul uma ecologia de saberes a respeito sobre Astronomia, História Indígena e Literatura.

Por fim, na mesma direção, as autoras Marta Coelho Castro Troquez e Jacqueline Borlinques Paulo Santana abordam a temática indígena em escolas Municipais urbanas de Ensino Fundamental do Município de Dourados, MS, Brasil, onde a chegada dos colonizadores aos territórios colonizados é vista, sem dúvida, como genocídio e etnicídio de inúmeros grupos ameríndios e suas formas de organização política, social e cultural. Seus saberes, cosmologias, ritos e modos de vida foram amplamente destruídos pela imposição da educação dos colonizadores. Neste sentido, as autoras discutem a implantação e implementação da Lei n. 11.645/08, a qual tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena nas escolas, mas não atende aos pressupostos da educação diferenciada para indígenas.

Referências Bibliográficas

CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocêntrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Lisboa: Ulmeiro, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Afrontamento, 1975.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento, 2000.

_____. **O fim do império cognitivo**. Coimbra: Almedina, 2018.

SUÁREZ BRIONES, Beatriz (org.) **Feminismos lesbianos y queer: representación, visibilidad y políticas**. Madrid: Plaza y Valdés Editores, 2014.